



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir sobre as Demissões na Dataprev.

Senhor Presidente,

Com amparo nos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno, venho requerer a Vossa Excelência a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser marcada oportunamente, com o objetivo de discutir as Demissões na Dataprev. Para debater o tema a ser tratado na audiência pública ora requerida, solicitamos sejam convidados (as):

1. Sr. Edson Simões Corrêa – Presidente Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Informática do Distrito Federal - SINDPD-DF;
2. Sr. Carlos Alberto Valadares Gandola – Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados, Serviços em Informática e Similares - FENADADOS;
3. Sr. Julimar Roberto de Oliveira Nonato - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - CONTRACS;
4. Sr. Rodrigo Rodrigues – Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal - CUT-DF.
5. Exm^a Sr^a Ministra Esther Dweck – Ministério da Gestão e Inovação - MGI
6. Rodrigo Ortiz D'Avila Assumpção - Presidente da DATAPREV;
7. Sr. José Ivanildo Dias Júnior - Superintendência de Gestão de Pessoas – SUPE;
8. Sr. Rogério Mascarenhas – Secretário de Governo Digital do MGI e Presidente do Conselho Deliberativo da Dataprev





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Considerando os recentes desligamentos de aproximadamente 100 trabalhadores(as) da Dataprev, a maioria com mais de 60 anos e longa trajetória de dedicação à empresa, propõe-se a realização de uma audiência pública como espaço legítimo de escuta, diálogo e construção coletiva de soluções.

A medida visa promover transparência e garantir que os princípios democráticos de participação social e respeito aos direitos trabalhistas sejam plenamente observados. A ausência de interlocução com as entidades sindicais até o momento gerou preocupações quanto à condução do processo, especialmente no que tange aos critérios adotados e seus possíveis impactos discriminatórios e sociais.

Além da importância de preservar os vínculos laborais e a valorização da experiência acumulada por esses (as) profissionais, entende-se que o debate público poderá fortalecer a confiança nas instituições, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a dignidade humana, a justiça social e a proteção contra o etarismo no serviço público.

Nesse sentido, a audiência pública se propõe como um espaço plural, respeitoso e democrático para o debate aberto entre trabalhadores (as), gestores públicos, representantes sindicais e demais interessados, em busca de alternativas viáveis que conciliem os interesses da administração com a valorização do capital humano.

Isso posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a provação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada **ERIKA KOKAY - PT/DF**

